



Após muitos debates, o plenário da Sistematização manteve a proibição da dispensa imotivada no emprego do texto de Cabral

Proibição da demissão imotivada está aprovada

A Comissão de Sistematização decidiu, ontem, manter a proibição da dispensa imotivada no emprego prevista no substitutivo do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Durante votação à noite, foi rejeitada, por 64 votos a 29, emenda dos empresários do Rio Grande do Sul que defendia apenas o pagamento de indenização progressiva e proporcional ao tempo de serviço quando da demissão do trabalhador. À tarde, a Comissão já havia derrotado, por 54 a 38, emenda do deputado Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP) que visava a estabilidade no emprego a partir dos 90 dias da admissão e jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Apesar da garantia no emprego ter resistido ao seu mais duro teste na Comissão de Sistematização, os grupos de direita na Constituinte vão tentar aprovar, hoje, emenda do deputado Max Rosenmann (PMDB-PR) que pretende transferir para a legislação ordinária a



definição sobre as relações de capital e trabalho.

Derrotas

A primeira proposta a ser derrotada ontem, na abertura das votações do Capítulo II dos Direitos Sociais, foi a emenda do deputado Luiz Inácio Lula da Silva, líder do PT. Ao defender a proposição, o seu autor tentou sensibilizar os membros da Comissão argumentando que ela representava o avanço mais importante para a classe trabalhadora.

Segundo Lula, os empresários têm feito uma "guerra fria" contra a estabilidade no emprego porque ela evita a rotatividade da mão-de-obra, muito utilizada pelas empresas nos últimos anos, que visa a redução da folha de pagamento. Ele lembrou também que a emenda não proíbe a dispensa do trabalhador quando houve falta grave, contrato a termo ou crise econômica na empresa.

Após a rejeição da emenda do líder do PT, os parlamentares de centro tentaram aprovar a proposta do deputado Antônio Maria (PMDB-PB) que remetia à legislação complementar a definição sob a estabilidade no emprego. Ao defender sua proposta, Mariz alertou que a polarização entre os destaques

apresentados pelos deputados Luiz Inácio Lula da Silva e Darcy Pozza poderia resultar em graves prejuízos para a classe trabalhadora. Para o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), que defendeu a proposta, a iniciativa era a última oportunidade para uma votação de entendimento e evitar que a proposição dos gaúchos fosse aprovada. Mesmo diante das argumentações dos dois deputados, a emenda foi derrotada por 58 votos a 35, com sufrágios tanto da direita como da esquerda. Isto porque ambos os grupos acreditavam que poderiam aprovar as teses. A direita aguardava a votação do pagamento de indenização e a esquerda passou a defender o substitutivo do relator, que representa um avanço em relação à legislação existente. Resultado; a emenda foi rejeitada por 58 votos a 35.

Diante disto o grupo de centro uni-se à esquerda para derrotar a emenda dos empresários gaúchos. Para rejeitar a proposta, os progressistas contaram até com o voto do deputado Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC). No PMDB, a proposição de indenização recebeu 41 votos contrários; no PFL, 10 e os 13 votos restantes foram dados pelos pequenos partidos.

Trabalhadores rurais terão mais direitos

A Comissão de Sistematização aprovou ontem, por 92 votos contra um, a emenda do deputado Augusto Carvalho (PCB-DF), que estende aos trabalhadores rurais os mesmos benefícios garantidos aos empregados urbanos. O único voto contrário foi do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), que na hora da votação perdeu o apoio do único aliado, o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), que estava inscrito para encaminhamento contrário à emenda elaborada pelo Departamento Intersindical de Apoio Parlamentar (DIAP).

O autor do destaque, deputado Paulo Paim (PT-RS), afirmou que a proposta deverá eliminar as diferenças relativas aos direitos sociais entre os trabalhadores rurais e urbanos no País. A atual Constituição, que trata dos direitos dos trabalhadores no capítulo da Ordem Econômica e Social, sequer menciona o trabalhador rural.

No atual substitutivo, antes da aprovação da emenda de Augusto Carvalho, o maior avanço estava no texto do inciso XX do artigo 6º, que prevê aposentadoria a todos os trabalhadores, "bem como ao trabalhador rural". Com isso, fica assegurado a todos os trabalhadores o direito à aposentadoria compulsória aos 65 anos de idade, independente de comprovação de contribuição com a previdência social.

Para o autor do destaque, deputado Paulo Paim, a alteração do caput do artigo 6º "representa um grande avanço para uma Constituinte caracteristicamente conservadora". Na sua opinião, a inclusão do princípio de igualdade entre trabalhadores rurais e urbanos, "não permitirá qualquer ato contrário em legislação ordinária".

Líderes têm tática para conter direita

Os partidos de esquerda, reunidos ao meio-dia de ontem, decidiram reduzir o espaço de negociação com os grupos conservadores do PMDB, tentando, com a nova tática, constranger os peemedebistas a votarem as questões sociais e econômicas de acordo com as promessas de campanha e com o programa desse partido.

Os líderes da esquerda chegaram à conclusão de que, aprofundando as negociações, acabariam facilitando o recuo do PMDB em questões que constam do seu programa e dos compromissos assumidos em praça pública nas últimas campanhas eleitorais, a exemplo da estabilidade no emprego e da redução da jornada de trabalho.

A nova tática foi aplicada para a derrubada da proposta da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, relativa às condições de garantia de emprego. A rejeição dessa proposta foi saudada pelo líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, como um "marco histórico" na ação das esquerdas na Constituinte. Brandão adiantou que, daqui por diante, a tendência do PT e PDT é a de sempre levar o PMDB a expor suas contradições ou, "o que é preferível", ficar coerente com as propostas sociais avançadas que constam do seu programa.

O que deu margem a essa nova forma de ação das legendas de esquerda foi a tentativa das lideranças peemedebistas, feita pela manhã, de levar o PT, PSB, PDT e PC do B a acatarem uma proposta do deputado Antônio Mariz (PMDB-PB), que transfere a explicitação das formas de garantia no emprego para a legislação ordinária.

Parlamentares que negociavam em nome do PMDB advertiam que era preferível ficar com a emenda Mariz a ver aprovada a proposta da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, naturalmente contrária aos interesses dos trabalhadores.

Reunidos ao meio-dia, os líderes dos partidos de esquerda decidiram pagar para ver. Não aceitaram nenhum acordo baseado na emenda Mariz e resolveram investir na preservação — por enquanto — da redação constante do substitutivo Bernardo Cabral, na parte referente à garantia do emprego. A coesão da esquerda, segundo o líder do PC do B, Haroldo Lima, é que determinou a rejeição da proposta dos empresários gaúchos, por larga margem de votos.

Trabalhador tem garantia

CAPÍTULO II DOS DIREITOS SOCIAIS

Texto aprovado pela Comissão de Sistematização: Artigo 6º (Caput): São direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I — garantia de emprego, protegido contra despedida

imotivada, assim entendida a que não se fundar em: a — contrato a termo, nas condições e prazos da lei; b — falta grave, assim conceituada em lei; c — justa causa, fundada em fato econômico intransponível, tecnológico ou em infortúnio na empresa, de acordo com os critérios estabelecidos na legislação do trabalho.

Josemar Gonçalves



Progressistas reuniram-se com trabalhistas para acertar estratégia

Progressistas saem ganhando

Luís Eduardo Costa

Os empresários e os constituintes conservadores perderam porque não quiseram fazer um acordo com os trabalhadores em uma proposta que iria beneficiá-los mais do que aos setores progressistas. O acordo chegou a ser tentado pelos presidentes da CUT, Jair Meneguelli, e da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, com o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, e com o senador Albano Franco (PMDB-SE), no gabinete do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP).

A negociação foi tentada depois que a proposta dos trabalhadores, defendida pelo líder do PT, Luís Inácio Lula da Silva, foi derrotada no plenário. A emenda que Lula defendeu era muito mais avançada do que a contida no segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). Essa emenda foi tirada do projeto inicial do relator e previa a estabilidade no emprego após 90 dias da assinatura do contrato de trabalho e 40 horas semanais como jornada de trabalho.

Jair Meneguelli e Joaquim dos Santos queriam garantir então a manutenção do artigo 6º do substitutivo do relator, que prevê a garantia do emprego, com a proteção da despedida imotivada.

Não atendeu aos interesses dos trabalhadores, mas foi considerada bem melhor que a emenda dos empresários, representada pela proposta da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul e que os empresários defendiam.

No plenário da Câmara, Jair Meneguelli e Mário Amato chegaram a travar um bate-boca. O presidente da Fiesp chegou a dizer que haveria «um festival de demissões» se o substitutivo do relator fosse aprovado. A conversa foi transferida para o gabinete do senador Fernando Henrique Cardoso e lá os dois líderes sindicais propuseram que a alínea «E» da emenda da Fiersp fosse incorporada ao inciso I do segundo substitutivo de Bernardo Cabral. Essa alínea previa que, em caso de demissão, o pagamento de indenização seria progressivo e proporcional ao tempo de serviço, na forma da lei. Mário Amato quase aceitou, mas dois de seus assessores o desaconselharam.

Um acordo seria tentado mais uma vez no plenário entre o senador Albano Franco e Ulysses Ridel de Rezende do Diap mas os empresários não abriram mão de votar a emenda da Fiersp. Terminada a votação, o senador Albano Franco se arrependia de não ter feito o acordo e Jair Meneguelli respirava aliviado porque o acordo não saiu.

Saúde melhora

O ex-ministro Mário Andreazza recuperou-se bem da cirurgia que sofreu segunda-feira, para retirada de um coágulo localizado no lado direito do cérebro. Andreazza está internado no Hospital Nove de Julho, em São Paulo.

O boletim médico divulgado ontem explicou que o pós-operatório é «satisfatório e a evolução clínica se apresenta sem intercorrências».

Carta em abril

A promulgação da nova Constituição do País pode ocorrer no dia 21 de abril próximo — segundo o deputado Konder Reis (PDS-SC), um dos relatores-adjuntos da Comissão de Sistematização. Reis admite que os trabalhos não estão se desenvolvendo com a velocidade esperada, e acha que nem mesmo a entrada em funcionamento do sistema eletrônico de votação, na Comissão de Sistematização, dará a necessária agilização aos trabalhos, pelo insuperável problema técnico representado pelos suplentes, em termos de programação do sistema, que por causa disso, terão que ser chamados nominalmente a cada votação.

Cara do governo

Antonio Carlos Valadares, único governador eleito no País pela legenda do PFL, declarou ontem, que seu partido "não rompe coisa alguma, porque ele é a própria cara do Governo".

Com relação ao pacto político, o Governador acha que é de suma importância pela soma de força de todos os segmentos da sociedade para dar sustentáculo ao Presidente.

Apóia redução

O ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, disse, ontem, no Rio, que apóia a proposta do governador Moreira Franco, de reduzir o número de Ministérios da área Federal, como forma de agilizar a máquina administrativa do Estado. Sobre o novo pacto político, o ministro afirmou ser importante a formação de uma base parlamentar forte de apoio ao Governo, a fim de concluir a transição democrática com tranquilidade.

Em memória

O governo de Pernambuco, o PMDB local, a Sudene, a Fundação Joaquim Nabuco, a Caixa Econômica Federal e familiares dos mortos no acidente aéreo que vitimou o ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Marcos Freire e sua comitiva, no dia 8 de setembro passado, na Serra dos Carajás (PA), mandaram celebrar ontem à noite, no mosteiro de São Bento, em Olinda, uma missa pelos 30 dias da morte dos funcionários governamentais.